



**Leitura e escrita na primeira infância:
diálogos sobre políticas públicas, pesquisa e formação docente**

*Reading and writing in early childhood:
dialogues on public policies, research and teacher training*

*La lecture et l'écriture dans la petite enfance:
dialogues sur les politiques publiques, la recherche et la formation des enseignants*

Entrevista: Profa. Dra. Mônica Correia Baptista

Fernanda Duarte Araújo Silva¹
Universidade Federal de Uberlândia

Glauca Signorelli²
Universidade Federal de Uberlândia



Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG). Pesquisadora do CEALE - Centro de Alfabetização Leitura e Escrita da FAE/UFMG e do NEPEI - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infâncias e Educação Infantil da FAE/UFMG. Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da UFMG (1992), Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG (1995), Doutora em Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona (2008), Pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Autônoma de Barcelona (2016). Coordenadora do Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (MEC/UFMG/UNIRIO/UF RJ). Atua, prioritariamente, em temas relacionados às práticas pedagógicas de leitura e escrita com crianças de zero a seis anos, à formação de professores, a políticas públicas e Educação, à alfabetização, leitura e escrita, à Educação Infantil e a currículos.

E-mail: monicacb.ufmg@gmail.com

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/3951926269873970>

ORCID:

<http://orcid.org/0000-0002-6645-0114>

Resumo: Esta entrevista almeja apresentar reflexões sobre a alfabetização como processo complexo e multifacetado que envolve temas relacionados a políticas públicas, pesquisas acadêmicas e formação docente. A entrevistada é uma importante referência na área, por desenvolver estudos sobre políticas públicas que garantem acesso à leitura e à escrita desde a primeira infância, além de criticar os

¹ Doutora em Educação. Docente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FACED) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Integrante do Núcleo de Linguagens, Leitura e Escrita (LiLEs/FACED/UFU). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Linguagens e Infâncias (GEPLI) da Faced/UFU. Membro da Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF). *E-mail:* fernandaduarte@ufu.br. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/2530209398344202>. *ORCID:* <http://orcid.org/0000-0003-2041-0608>.

² Doutora em Educação. Docente do Curso de Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (ICHPO/UFU). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento Profissional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Membro da Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF). *E-mail:* glauciasignorelli@ufu.br. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/9108607797425296>. *ORCID:* <http://orcid.org/0000-0001-5288-8409>.

impactos da Política Nacional de Alfabetização (PNA) – publicada por meio do Decreto n. 9.765 (BRASIL, 2019) –, o trabalho dos professores, os programas de formação docente e as ações de incentivo à leitura e à escrita no país. Nesta entrevista, foi possível mapear a trajetória histórica de iniciativas de alfabetização relevantes que vigoraram nos últimos anos, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), e outras que ainda se constituem como frentes de resistência para o campo da alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização. Leitura e Escrita. Políticas Públicas. Formação Docente.

Abstract: This interview aims to present reflections on literacy as a complex and multifaceted process that involves issues related to public policies, academic researches and teacher training. The interviewee is an important reference in the area, as she develops studies on public policies that guarantee access to reading and writing from early childhood, in addition to criticizing the impacts of National Literacy Policy (PNA, in Portuguese abbreviation) – published through Decree n. 9,765 (BRASIL, 2019) – teaching work, teacher training programs and actions to encourage reading and writing in the country. In this interview, it was possible to map the historical trajectory of relevant literacy initiatives that prevailed in recent years, such as the National Pact for Literacy in the Right Age (PNAIC, in Portuguese abbreviation), and others that still constitute resistance fronts for the literacy field.

Keywords: Literacy. Reading and Writing. Public Policies. Teacher Training.

Résumé: Cette interview vise à présenter des réflexions sur l'alphabétisation en tant que processus complexe et multiforme qui implique des questions liées aux politiques publiques, à la recherche universitaire et à la formation des enseignants. L'interviewée est une référence importante dans le domaine, une chercheuse qui a développé des études sur les politiques publiques qui garantissent l'accès à la lecture et à l'écriture depuis la petite enfance, ainsi qu'une critique des impacts provoqués par la Politique Nationale d'Alphabétisation (PNA - Política Nacional de Alfabetização) publiée par le décret n. 9.765 (BRÉSIL, 2019) au travail d'enseignement et les programmes de formation des enseignants et l'incitation à la lecture et à l'écriture dans le pays. Grâce à cette interview, il a également été possible de tracer un peu la trajectoire historique d'importants programmes d'alphabétisation, comme le Pacte National pour l'Alphabétisation au Bon Âge (PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), qui ont été en vigueur ces dernières années, et d'autres qui se constituent encore d'importants fronts de résistance dans le domaine de l'alphabétisation.

Mots-clés: Alphabétisation. Lecture et Écriture. Politiques publiques. Formation des enseignants.

1-REPOD: Inicialmente gostaríamos que falasse um pouco da sua formação, inicial e contínua, bem como do seu trabalho e áreas de atuação.

Mônica: Fiz graduação em Pedagogia na UFMG. Tive o privilégio de, no momento em que estava cursando a Pedagogia, o CEALE estava começando a existir, com a construção da Professora Magda Soares. Muitas das colegas que estão hoje no CEALE estavam comigo naquele momento como bolsistas de Iniciação Científica, por isso considero esse momento um privilégio enorme. Fui, também, bolsista na pesquisa “Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento”. Eu acho que a primeira pesquisa que o CEALE fez foi coordenada pela Magda e que tinha várias divisões. Hoje essa pesquisa é coordenada pela professora Francisca Maciel, que continua desenvolvendo análises e levantando o estado do conhecimento no tema da alfabetização em teses e em dissertações. A parte que me coube acompanhar na pesquisa

tratava de trabalhos que investigavam práticas consideradas bem-sucedidas, analisavam professoras alfabetizadoras bem-sucedidas. Passei parte da minha graduação, mais da metade do curso, lendo essas dissertações e teses, fazendo sínteses e fichamentos sob coordenação da Magda Soares, discutindo o conceito de alfabetização e o porquê de essas professoras serem bem-sucedidas em um período em que tínhamos o índice de repetência na primeira série perto de cinquenta por cento. A pergunta dessa parte da pesquisa era: como é que elas conseguiam alfabetizar. Na arrogância ali dos meus vinte e poucos anos, acreditava que, com todos esses estudos, não teria a menor dificuldade para alfabetizar, ainda mais sendo orientada pela Magda. Passei no concurso da rede municipal de Belo Horizonte e fui ser professora alfabetizadora em uma escola de periferia. Dei-me muito mal como alfabetizadora, foi uma experiência traumática porque eu não tinha contato com aquele público, era professora de uma creche que funcionava na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, a FAFIC da UFMG, que atendia filhos de funcionários técnico-administrativos, de estudantes e de professores, enfim crianças de classe média. Ao ingressar na escola pública e com as condições de trabalho bastante precárias, tive uma experiência traumática e eu escrevo isso no meu memorial. Magda, como uma orientadora fantástica, pedia que eu fizesse relatos dessas experiências em um Diário de Campo e conversávamos sobre as questões que me afligiam, ou seja, tive uma formação privilegiada, acompanhada por uma especialista como Magda Soares e em uma boa universidade, no entanto eu não conseguia colocar em prática aquilo que eu lia e estudava. Minha dissertação se chamou “A (de)formação da professora alfabetizadora” na qual eu discuti o choque de realidade que temos ao atuarmos na sala de aula, a realidade é muito mais complexa, não é algo que se aplica imediatamente, não é meramente aplicação de métodos de técnicas. Foram experiências que considero muito importantes para minha vida, porque eu me tornei uma pessoa mais humilde depois disso, também com a idade vi que a realidade exige de nós muitas outras capacidades, habilidades e compromisso político. Logo depois, passei no mestrado e, como consegui bolsa da CAPES, deixei a docência, pedindo exoneração do cargo. Então, fiz o mestrado com orientação da Magda, em seguida prestei novo concurso na prefeitura de Belo Horizonte, fui aprovada novamente e, de novo, tive a experiência de ser professora alfabetizadora, só que dessa vez bem mais humilde, aprendi muito com as minhas colegas – uma experiência muito forte. Dividi a minha experiência em sala de aula, com atuação no CAPE, que era o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação, órgão da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. A atuação no CAPE também foi muito importante para minha formação, pois, trabalhando com as colegas, organizávamos cursos muito interessantes. Naquele contexto, estávamos implantando a Escola Plural, que foi uma revolução na rede municipal de Belo Horizonte, que contemplava muitas discussões sobre a alfabetização. Em 1997, eu fui convidada pela Secretária de Educação para coordenar um órgão que se chamava CPP (Coordenação de Política Pedagógica). A LDB tinha sido aprovada em dezembro de 1996 e assumi esse cargo no início de 1997. Assumi a coordenação do órgão responsável pela implantação da LDB no município de BH. Para vocês terem uma ideia, naquele contexto, em Belo Horizonte, não havia nenhuma vaga pública para crianças de até três anos, ou seja, não existiam creches públicas em Belo Horizonte, nós tínhamos 17 mil alunos matriculados em escolas de Ensino Médio, o que não era prioridade do município, nós tínhamos apenas quatro mil vagas públicas de crianças de 4 a 6 anos e 16 mil vagas em creches conveniadas. Não havia sistema municipal de ensino nem Conselho Municipal de Educação. Por isso, eu digo que esse foi o meu maior doutoramento, mais do que o doutorado que fui fazer depois em Barcelona, pois, do ponto de vista da política, eu estava no “olho do furacão” para mudar esse quadro e implantar o sistema municipal de Educação de Belo Horizonte. As creches eram, até então, ligadas à Secretaria de Assistência Social e trazê-las para Educação foi um trabalho intenso que exigiu muito estudo. Em 2000, eu fui aprovada como professora da universidade e, desde então, minha área de atuação tem sido sempre relacionada às políticas públicas, à educação infantil, à alfabetização e leitura, à escrita e currículo.

2-REPOD: Você já coordenou projetos relacionados ao trabalho docente com foco na leitura e na escrita. Fale um pouco sobre eles. Quais deles, na sua avaliação, mais contribuíram para a formação de professores(as)?

Mônica: Particpei do Pró-letramento, não como coordenadora, mas como professora, isso também me ajudou muito a entender uma política pública de grande abrangência, que era voltada para as professoras alfabetizadoras. Tive outras experiências no CEALE, na secretaria do estado de Minas Gerais, também na perspectiva da alfabetização. Recentemente, o programa que temos em desenvolvimento é o “Bebeteca”, que é um programa de extensão aqui da Faculdade Educação da UFMG. Como programa, nós temos atualmente quatro projetos em desenvolvimento. Agora, por causa da pandemia, esses projetos estão no formato *on-line*. Professoras da Educação Infantil participam do programa. Temos um acervo hoje na “Bebeteca” de mais ou menos dois mil livros escolhidos com a nossa curadoria. Aplicamos critérios de qualidade, que estamos desenvolvendo em relação ao livro infantil. Uma vez por mês, nos encontramos, escolhemos alguns livros, fazemos resenhas, discutimos sobre diferentes formas de mediação. São encontros bem interessantes e as professoras têm dado um retorno positivo de todo o processo. Tem também o projeto “Nana neném”, que é um projeto de literatura oral para bebês e para suas professoras. É um trabalho desenvolvido em parceria com o grupo da UFMG chamado Movência, que é um grupo do qual participam nossos colegas professores da UFMG e outras pessoas convidadas. Elas estão trabalhando literatura oral, contação de histórias, cantigas de ninar, introduzindo a professora de crianças de zero a dois anos nesse universo da literatura. Temos também o projeto “Tertúlia Literária” que é um projeto que possui o objetivo de incentivar a leitura literária de professoras, pois acreditamos, que a professora que não lê literatura, dificilmente vai formar a criança como leitora de literatura. Mas, o projeto “Leitura e escrita na Educação Infantil” tem sido (pois ele não acabou) o mais importante pelo impacto que ele tem, tanto do ponto de vista do processo quanto dos resultados. Avalio que o desenvolvimento desse projeto revelou um processo de muita aprendizagem, não apenas por ter sido publicado ou ter se tornado um curso de formação, mas por meio dele foi possível discutir essa temática tão polêmica que é a questão da leitura e da escrita na Educação Infantil. Durante mais ou menos três anos (2013 a 2016), realizamos duas pesquisas dentro desse projeto, realizamos cinco seminários internacionais, dezenas de reuniões com especialistas, dezenas de encontros pelo Brasil afora discutindo as questões suscitadas pelo projeto, ou seja, foi um processo intenso de discussão e de participação. Particpei de vários fóruns que nos convidaram para esse debate e a minha própria participação na elaboração da Base Nacional Comum Curricular que abordava essa temática. Em 2017, o material didático elaborado para subsidiar o curso de formação de professoras, pensado no bojo do projeto, foi utilizado pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que, apesar dos limites impostos pela forma de implantação, foi, mesmo assim, bastante abrangente.

3-REPOD: Sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), como você avalia o programa de modo geral e a inserção na Educação Infantil?

Mônica: Para entender o PNAIC, vou voltar um pouquinho na história. Nosso sonho, quando começamos a desenvolver o projeto de “Leitura e escrita”, era que ele fosse uma espécie de pacto nacional da Educação Infantil. O grupo que atuava nesse projeto questionava se seria

um pacto pela formação de professoras da Educação Infantil ou pacto pela qualidade na Educação Infantil. A partir da complexidade da discussão sobre a leitura e a escrita na Educação Infantil, pensamos que a única forma de construirmos algo, que desse uma resposta adequada ao Brasil, seria organizando um curso de formação, ou seja, as professoras precisavam de uma formação qualificada para atuar de acordo com aquilo que vínhamos discutindo e construindo em relação à temática. A questão tão complexa do trabalho com leitura e com escrita resumia-se, na maioria das vezes, à pergunta “A pré-escola deve ou não alfabetizar?” Queríamos sair dessa falsa polêmica que é muito restritiva e não nos ajuda a avançar nesse debate. Para nós, a questão mais importante era: a Educação Infantil tem um papel fundamental no processo de apropriação da linguagem escrita pelas crianças. Nesse sentido, como desenvolver da melhor forma essa função? Desenvolvemos, então, a proposta de um curso de extensão de 120 horas, que seria ofertado por colegas das universidades, a ideia era que fosse ofertado para todas as professoras de creches e de pré-escolas públicas do Brasil. A proposta era que esse curso fosse presencial, com material impresso para todas as professoras de creche e de pré-escola, que elas recebessem uma bolsa para participar do curso, que os municípios assegurassem boas condições para que as professoras pudessem frequentar as aulas, que fosse destinado a todas as professoras de crianças de até 6 anos, ou seja, que contemplasse toda a Educação Infantil. Era um sonho gigantesco. No final de 2015 e no início de 2016, com uma crise econômica e política já estava instalada no país, não sabíamos se seria possível a realização desse sonho. Começamos, assim, a discutir possibilidades, dentre elas: quem sabe fazemos projetos com algumas universidades, vamos devagar, mas com o objetivo de pouco a pouco atingir toda a população, todas as professoras de Educação Infantil pública do Brasil. Esse era o sonho. Mas, com o golpe de 2016, sofremos uma mudança radical na política, com muitas consequências de uma crise grave, que era econômica, política e social. Nesse momento, a coleção estava saindo da gráfica quando houve o *impeachment* da presidente. As decisões, a partir desse contexto, começaram a ocorrer aceleradamente, perdemos o contato com Rita Coelho, por exemplo, que foi uma grande companheira que estava na COEDI, na coordenação de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica, e tudo se transformou. Estou contextualizando esse processo para mostrar que o PNAIC afastou-se consideravelmente desse sonho. Em primeiro lugar, restringiu-se à formação de professoras de crianças de quatro e cinco anos, deixando de fora as professoras de creches. Em segundo lugar, não teve o material impresso. Em terceiro lugar, não teve bolsa para as professoras e as condições para que elas realizassem o curso foram muito diversas, dependendo de cada município. Além disso, não houve uma coordenação nacional, nós, da coordenação do projeto, fomos excluídas do processo e, com isso, não houve sequer uma formação prévia para quem iria ofertar o curso. Não se efetivaram parcerias com as universidades, o que para nós era muito importante. Enfim, muitas das coisas que nós havíamos sonhado a realidade não permitiu. Mesmo assim, considero que teve um bom alcance. O PNAIC permitiu que saíssemos daquele lugar em que estivemos por muito tempo, o lugar da denúncia do que não se deve fazer, da inadequação do uso de cartilhas, por exemplo, para poder mostrar um contraponto nessa discussão. Para que a coleção fosse adotada como material didático do PNAIC, foram necessárias muitas negociações com o MEC. Defendi o material com o governo Temer, fui a Brasília várias vezes com Patrícia Corsino. Junto com as demais colegas da coordenação, Fernanda Nunes Vanessa Neves, Ângela Barreto, construímos estratégias para fazer com que o projeto Leitura e Escrita fosse implantado como política pública. Fizemos reuniões com

equipes do MEC para defender que a coleção fosse utilizada no país inteiro. Com todas essas ressalvas, tentamos que esse projeto fosse destinado também a professoras dos berçários, levávamos a coleção “debaixo do braço”, mostrávamos para a equipe do MEC, que, naquele momento, não acreditava nessa coleção e expressava isso, dizendo que era uma coleção bonita, que os livros eram muito bem-feitos, mas era muito difícil, as professoras não entenderiam. Perguntavam se não teria jeito de transformar a coleção em um manual mais simples. Agradeço a oportunidade de falar da minha avaliação desse trabalho, pois é minha forma de ler essa história, mas considero que foi muito importante que a coleção fosse adotada no PNAIC. O movimento que foi feito pelos fóruns de Educação Infantil do Brasil foi enorme, costume dizer que, em 2016/2017, minha vida foi no aeroporto, onde me chamavam eu ia com os livros, fazia palestras, explicava tudo. Fui a todas as capitais do Brasil e em muitas cidades do interior, numa militância, sem remuneração extra e avalio que este é o nosso trabalho como extensionistas, mas é um trabalho muito árduo. Disponibilizamos de imediato num *site* toda a coleção com recursos próprios, pois o projeto já não tinha mais recursos, fizemos um *site*, que até hoje está no ar, porque o MEC não postou o material no portal oficial do Ministério, ou seja, se não tivéssemos construído essa alternativa, esse projeto não estaria acessível e a ideia era de que ele chegasse ao maior número de pessoas possíveis. Além do movimento dos Fóruns de Educação Infantil, também o movimento das universidades foi muito importante. Houve uma participação grande da área de pesquisa e das professoras de Educação Básica, basta acompanhar o que nós fizemos que as pessoas reconhecem no material uma história da área, que é o nosso papel diante dessa tarefa de expandir as experiências infantis em relação à cultura escrita. Há um reconhecimento quando as professoras concordam com a proposta do material. O que fizemos foi dar voz ao coletivo que acreditava que as crianças têm direitos que precisam ser garantidos. Avalio, mesmo diante tantos desafios e dificuldades, o processo como positivo, ainda que não tenha sido nem um terço do que tínhamos sonhado.

4-REPOD: Em 11 de abril de 2019, foi instituída pelo Decreto nº 9.765 a Política Nacional de Alfabetização (PNA). Como você analisa esse decreto?

Mônica: Avalio que todo governo quer deixar sua marca e isso é importante, faz parte da política. A questão é que esse governo atua com radicalidade. Todos os governos têm essa postura: “o que antecedeu antes não prestou. Vamos começar agora e nós vamos arrasar, ponto zero”. Mas, nos governos anteriores, sempre havia algum lastro para se discutir, para se debater, para dar continuidade. E, por isso, o Brasil vinha construindo, na minha avaliação, boas políticas desde o governo de Fernando Henrique. Na década de 1990, estávamos dando passos, tanto nas políticas de formação *stricto sensu* quanto nas políticas de compra de livros. Percebo uma continuidade, e o que considero mais grave hoje é que há uma ruptura radical em todos os sentidos. Nós temos um divisor de águas, o antes e o que será agora, com uma desconsideração absoluta de todo o processo vivido. Todos os envolvidos na PNA são pessoas novas, que nunca estiveram lá, acho isso muito perigoso porque você perde muitas coisas. Para vocês terem uma ideia, Isabel Frade estava na presidência da ABALF, que é a Associação Brasileira de Alfabetização, e eu fazia parte da diretoria. A diretoria da ABALF nos solicitou que participássemos da 1ª Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências. Isso foi em outubro de 2019, ou seja, a PNA tinha acabado de ser publicada e o governo promovia

o primeiro CONABE - Congresso Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências. Foi muito difícil participar desse congresso. Nós estávamos lá, não recebemos o convite. O que identificamos nesse CONABE é que não havia ninguém de faculdades de educação, exceto eu e Isabel e três pessoas do Sul que também não foram convidadas. Os palestrantes da conferência eram fonoaudiólogos, pessoas ligadas à psicologia cognitiva, economistas, biólogos, o pessoal das editoras de livros e palestrantes do Chile, Estados Unidos, ou seja, esses eram os palestrantes e também o perfil do público, da plateia. Não havia também nenhuma professora alfabetizadora, nem na palestra nem no público. Eu acho que isso é muito emblemático, porque nos diz sobre quem são os interlocutores desse governo. Houve um palestrante que, textualmente, disse que o grande problema da alfabetização são os pedagogos. São muitas divergências, acho que não consigo achar um ponto de convergência com essa política. A não ser o fato de ter uma Política Nacional de Alfabetização, que considero positivo. Mas, quando você vê o teor da política, talvez fosse melhor não ter, pois o diagnóstico deles é que o Brasil não avançou absolutamente nada em relação à alfabetização, é como se estivéssemos no ano de 1500. E não avançou segundo eles, porque as políticas dos governos anteriores se pautaram em decisões ideológicas e não científicas. Questões como, por exemplo, ler não é meramente decodificar símbolos gráficos, é preciso partir daquilo que esses sujeitos, mesmo aqueles bem pequenos, já conhecem sobre o sistema, sobre a cultura do escrito, são questões, para esse governo, ideológicas e não científicas. Gostaria de enfatizar que o Brasil avançou muito se analisarmos as últimas décadas. Eu comecei a contar minha trajetória para vocês e disse: 50% das crianças eram reprovadas no primeiro ano, nós não temos mais esse quadro. Nós temos uma dificuldade enorme, nós não resolvemos o problema da alfabetização. Claro que não, mas, se perguntar para qualquer professora que participou do PNAIC como ela avalia o programa, teremos boas avaliações. E isso é desconsiderado, porque esses sujeitos não são interlocutores, essas pesquisas não são consideradas como evidências científicas. O que é evidência científica, para esse governo, é exclusivamente a ciência cognitiva, a qual temos muitas críticas. A perspectiva que sustenta as políticas e os projetos deste governo é positivista, algo que julgávamos superado e que estava presente na década de 50. Essa política apresenta uma centralidade no método, quer dizer: o que vai resolver o grande problema da alfabetização é o método de alfabetização a ser adotado. Algo que as pesquisas já mostraram o quanto é ineficaz e não responde aos desafios da realidade. A formação de professores, segundo esses formuladores da atual política, é meramente uma questão de transmissão de uma técnica e, portanto, requer treinos simples. Nossas perspectivas são bastante diferentes. Para nós, a formação de professores precisa considerar as professoras como sujeitos potentes, inteligentes, que perguntam sobre a prática e têm uma postura reflexiva. E, se não têm, são esses profissionais reflexivos que nós queremos que eles se tornem. Precisamos apostar na inteligência do professor, porque essa pessoa é a que pode efetivamente modificar a situação. Não existem fórmulas para seguir, mas teorias que ajudam a pensar sobre a criança, sobre a infância, sobre a educação das crianças, sobre alfabetização, sobre leitura e escrita. Dessa forma, o professor, que consegue se apropriar desse arcabouço teórico a partir de diálogos com sua prática, estabelece essa relação indissociável entre prática e teoria. É um sujeito autônomo, que vai buscar os livros, vai ler mais, vai desenvolver práticas mais humanizadas. Essa é uma divergência enorme, porque todo o material da Política Nacional de Alfabetização, do “Conta para Mim” e do “Tempo de Aprender”, tudo isso que está disponível resume o conceito alfabetizar com o significado etimológico da palavra: aprender o alfabeto, é ensinar o alfabeto,

e essa redução no conceito repercute na redução desse sujeito que exerce essa profissão, ele não precisa saber muito. Esse é um dos pressupostos da PNA, que é, por sua vez, coerente com os projetos que eles têm, com as ações que eles estão propondo, todos os programas dessa política vêm nesse arcabouço. Sabemos, por outro lado, que a resposta para a garantia do direito de todas as crianças a aprender, de se desenvolver é muito complexa, ela exige uma boa formação inicial, uma boa formação continuada, um professor com salário digno, uma carreira que atraia os melhores profissionais, uma carreira atraente, não é fácil mesmo. Falam que é só uma questão de método, portanto não vai dar certo.

5-REPOD: Desenvolvido a partir das diretrizes do Decreto nº9765 (PNA), o Ministério da Educação tem se mobilizado para oferecer cursos de formação de professores(as) que, segundo ele, possui o propósito de enfrentar as principais causas das deficiências de alfabetização no país. Você conhece esse programa de formação? Caso positivo, qual seria sua avaliação sobre ele? Outro programa lançado recentemente pelo Ministério da Educação (MEC), ligado ao PNA, é o “Conta para Mim”. Segundo o MEC, o objetivo do programa é estimular o desenvolvimento intelectual na primeira infância com técnicas simples, usadas pelos familiares. Como você avalia esse programa? Ele pode contribuir para a formação de leitores?

Mônica: Com relação à formação de professores, eu não teria muito mais a acrescentar. É um olhar tecnicista, baseada em uma racionalidade técnica. Gosto de fazer um paralelo com a área da saúde. Tem uma política parecida, pois, na saúde, quem está mais perto do paciente são os técnicos em enfermagem. E agora, em um contexto de pandemia, ficou evidente para nós: esses profissionais são os que ganham menos, os que têm menor autonomia de trabalho. Na educação, queremos implantar uma coisa parecida. Desde a década de 70, com o tecnicismo, talvez na década de 50, em que se destaca que o professor não precisa saber muito, mas o especialista em educação, sim. Vínhamos tentando romper com essa ideia. Acreditamos que o professor é o que precisa ter a melhor formação, autonomia, melhores condições de trabalho, precisa ser um profissional reflexivo. E esses programas de formação do atual Governo Federal visam a questões meramente técnicas. Como se ensinar se reduzisse à aplicação de uma técnica. No nosso material de formação, a perspectiva era outra como, por exemplo, nas sugestões de trabalho: “Leia esse texto, assista esse vídeo, discuta com seu colega, pense sobre a prática”. Um curso presencial de um ano e meio é muito mais investimento. Por isso, algumas pessoas avaliam que o PNAIC não funcionou, mas acreditamos que devemos ter uma década de PNAIC. Isso porque as professoras mudam, a formação tem de ser continuada de fato, por isso precisamos mudar a formação inicial e isso é muito duro, mais exigente. Com relação à formação, eu queria dizer para as professoras: “Não se deixem enganar com essa proposta, porque isso significa renunciar ao que é sua essência como mulher, como profissional”. Essa concepção tecnicista nos desumaniza. À frente da professora, tem uma criança que tem uma história, que tem pai, tem uma mãe ou não tem um pai ou não tem uma mãe e isso pesa na constituição desse sujeito. Ou seja, você ser professora não é dominar uma técnica e aplicá-la. É você dominar um arcabouço teórico, estar convencida dele, estar aberta para ter novas propostas, novas teorias que o informam sobre sua prática. Isso nos faz muito mais humanos, porque uma professora com essa marca, ela gosta do que faz, ela enxerga a criança que está na frente dela, ela se emociona, isso é muito mais humanizador. Em relação à política de formação

do atual MEC, eu acho que é um retrocesso e que vamos demorar muito tempo para nos levantar. Acho também que o papel das universidades é importantíssimo para levar essa outra perspectiva, porque um dia tudo isso vai passar, mas, vai passar para ser o quê, se não tivermos feito nada? Por isso, o que vamos construindo hoje tem a ver com a forma como vamos superar essa crise, essa crise de pensamento, essa crise humana, enfim, uma crise que estamos vivendo, sanitária, política e social. Precisamos hoje construir, abrir essa porta e dizer: por aqui temos um caminho para a utopia, vamos dizer que é a utopia que nos faz caminhar. Não queremos fechar essa porta e começar a andar para trás. Vamos ficar esperando que um dia tudo vai acontecer maravilhosamente?! Em relação ao “Conta pra Mim”, o retrocesso continua também em uma outra perspectiva, tão grave quanto a perspectiva da materialidade. Temos discutido muito porque a literatura é tão importante. Quando se pensa em crianças e infâncias é preciso pensar o quanto a leitura e a escrita são importantes linguagens. Na Educação Infantil, em que se vive a primeira infância, algumas características das crianças estão fortemente relacionadas a características dos textos literários. Observa-se uma marca forte da repetição. A criança precisa da repetição, com um exercício de estar no mundo, ela repete para poder criar, para ter bases para criar. Quando pensamos na imaginação, que é também uma característica constitutiva da primeira infância, a necessidade que esse sujeito tem de nomear o mundo..., todas essas coisas estão contidas na literatura: a fantasia, a imaginação, a repetição, a nomeação do mundo, a alteridade, o conhecer outras vidas, outras pessoas por meio dos autores, das histórias e das personagens. Tudo isso é importante para a criança se tornar narradora da própria vida, para ela saber contar sobre si, sobre o outro. Logo, a literatura não é boa, simplesmente, porque aumenta o vocabulário”, como está no programa “Conta pra Mim”, ou “ler porque vai ser bom para alfabetização” Não! Ler, porque sem ler você tá sendo privado de um direito humano, como diz Antônio Candido: a literatura é um direito essencial para nós, para nossa formação, para nossa psiquê, para nossa subjetividade. Por isso, você não pode simplificar, é claro que se você tem uma boa atuação, formando essa criança como leitora de literatura, muito provavelmente ela terá um vocabulário ampliado, mas você não lê literatura para que o vocabulário seja ampliado, entendeu? Isso é muito diferente, você não lê literatura para que a criança aprenda a nomear as letras, por exemplo. Ainda que ela possa aprender as letras, você não lê literatura para que ela não morda o coleguinha. Apesar de que, ao ler uma história, ela pode pensar sobre isso. Logo, a literatura ensina muitas coisas sem querer ensinar essas muitas coisas. O “Conta pra Mim” é um programa não só redutor da dimensão da literatura, mas é um programa perverso. É nesse sentido, porque ele impõe, para as infâncias, um material de baixíssima qualidade estética, tanto do ponto de vista das imagens dos livros quanto do conteúdo, a redução que ele faz nas histórias, tudo isso já se discutiu. Há um texto da Marina Colasanti, editado na revista digital Emília, sob o título “Não Conta Pra Mim”, muito forte em que diz: como é que reduzimos essa possibilidade que a infância tem de fantasiar? Devemos lembrar que esse programa está relacionado ao mercado de produção de livro. As mesmas pessoas escrevendo todos os textos, as mesmas pessoas ilustrando, e uma única editora publicando. O que o PNBE fez representou um “boom” na Literatura Infantil no Brasil, incentivando a produção de livros de literatura. Por isso, precisamos pensar que não apenas chegaram excelentes livros às escolas, mas que ele fomenta o mercado, incentivando a produção de bons livros. Se você tem um edital bem-feito, que vai dizer “Olha, tem de ter diversidade, tem de ter qualidade, qualidade textual, qualidade no projeto gráfico”. As editoras querem vender, ótimo, o mundo é regido pelo capitalismo, que está vigorando, elas querem,

elas precisam vender, só que elas vão vender com o Estado dizendo: “Um bom livro é assim e se você não fizer assim, nós não vamos comprar”. Imagina, o edital ruim, que é o que eles estão fazendo no PNLD Literário, no PNLD 2022, voltado para a compra de livros para crianças da Educação Infantil. Nesse edital, estão definindo critérios horríveis, escolarizantes, no pior sentido da palavra, didatizante. No pior sentido que essa palavra pode ter, que é aquele pragmatismo, que não é literatura. Conhecendo os propósitos desses programas, que é a marca desse governo, autores pensam: “não vou escrever sobre isso, pois pode haver censura”. As editoras não publicam, o autor não escreve. E nós temos aí uma censura já instalada. E o que precisamos hoje é que sejam escritas histórias cada vez mais maravilhosas, que abranjam a diversidade do Brasil, que tragam os problemas contemporâneos, porque as crianças estão pensando sobre eles e elas merecem saber sobre isso. O outro problema desse programa é que ele coloca na conta da família algo que é da nossa competência, como especialistas. Se toda família tivesse uma formação que assegurasse o trabalho com literatura nesses termos que estou dizendo, tudo bem. Todos seríamos pedagogos bem informados, especialistas em educação da infância, só que as coisas não são assim. O pai que é pedreiro, assistente social ou comerciário não precisa ter uma formação em pedagogia para ser pai, mas ele pode ser um aliado na formação dessa criança como leitora. Mas, essa formação específica, exigente é nossa, e precisa ser. As minhas alunas do curso de Pedagogia têm de saber escolher um bom livro, têm de saber como fazer uma boa mediação, têm de saber que o bebê pode ter acesso a livros de excelente qualidade, precisam saber o que fazer com os livros, como disponibilizá-los para crianças. São questões complexas, e o curso de Pedagogia tem de garantir que as alunas tenham essas informações, esse conhecimento, com um repertório de autores, de editoras, ilustradores. Como eu faço quando essa criança se pergunta sobre o sistema de escrita? Que tipo de intervenção eu faço? O pai não tem de saber isso, mas ele, por meio da escola, pode ser chamado como um parceiro nessa formação, que é o que abordamos no Caderno 8 do PNAIC da Educação Infantil. Veja como é diferente da proposta do Programa Conta pra Mim, que diz: “Vai pai, segue aquilo. Imprime esses cadernos aqui e lê pra criança. É só isso”. Nós, ao contrário, estamos dizendo que a escola deve trazer a família para dentro e trabalhar com ela como uma parceira na formação das crianças como leitoras de literatura. Portanto, nós temos uma dupla obrigação: formar as crianças e apoiar as famílias para que sejam nossas parceiras nessa formação, sem renunciar a nossa competência.

6-REPOD: Você tem se posicionado em algumas atividades formativas contra o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) para a Educação Infantil. Quais são as principais críticas sobre esse material?

Mônica: O atual edital PNLD 2022 é muito ruim. Ele objetiva também a compra de livros didáticos para Educação Infantil, o que já é um problema gravíssimo, afinal Educação Infantil não precisa de livro didático. Além de não precisar, ela não pode ter, porque o simples fato de adotar livros didáticos na Educação Infantil contradiz o que orienta a Base Nacional Comum Curricular, que avalio ter sido muito positiva por estar organizada a partir das experiências das crianças. O currículo da Educação Infantil, conforme consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, é um conceito muito potente quando afirma que currículo é um conjunto de práticas que articulam o que a criança traz, o que ela sabe, com aquilo que nós imaginamos ser direito dela de vir a saber, do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista

dos conhecimentos científicos etc. O que significa que o currículo não se organiza por uma lista de conteúdos nem uma listagem de capacidades. Se é um conjunto de práticas, é também a capacidade que essa professora tem de transformar o cotidiano em algo pedagogicamente trabalhado, sem didatizar, ou seja, ser professora de Educação Infantil é muito difícil. Exige uma formação muito aberta por se pensar que você está ensinando muitas coisas ao mesmo tempo, ter um diálogo com o que a criança vive, com o que ela experimenta. Afinal, o que mais importa na Educação Infantil são as experiências, muito menos do que os resultados propriamente ditos. Ou seja, a criança pode aprender a ler e a escrever na Educação Infantil, mas esse não é o nosso objetivo único, maior, o principal. Seu objetivo principal é que ela tenha suas experiências em relação à linguagem escrita ampliadas, potencializadas. Por isso, nós devemos ter mais bons livros para o professor ler, mais cursos para o professor fazer, mais intervenções para que ele saiba o que significa partir do cotidiano, das experiências das crianças, para que ele tenha essa autonomia de gerir o próprio cotidiano e identificar as relações que ele faz com a linguagem escrita e demais linguagens, que são direitos da criança de aprender na Educação Infantil. Mas, ao contrário disso, o PNLD determina a compra de livros didáticos. O ex-ministro, aquele que precisou mudar de país, anunciava com orgulho que, pela primeira vez, haveria livro didático na Educação Infantil. Mas, para nós, que atuamos há anos na defesa da Educação Infantil, isso é péssimo, não é uma boa notícia. Além da compra de livros didáticos, o atual PNLD prevê a compra de manuais no lugar de livros teóricos. Manuais que deverão se basear em uma única perspectiva teórica. Nos programas passados, tínhamos a compra de livros teóricos para o professor. Essa era uma política que apoiava a formação autônoma desses profissionais, porque lhes garantia o acesso ao que se estava produzindo de conhecimentos sobre a sua profissão, sem simplificações, sem adaptações e assegurando o acesso à pluralidade desses conhecimentos. Em relação à Literatura Infantil, essa situação piorou muito do que já era ruim no edital formulado pelo governo Temer. Isso se deu, em primeiro lugar, porque atrelou os livros a temas, que deixam transparecer um claro viés ideológico, a ideologia da família patriarcal, como se fosse o modelo de realização e de felicidade. Nós mulheres sabemos, melhor do que ninguém, que não é, que nós sofremos muito com esse tipo de sociedade. Esse viés ideológico reflete na escolha de livros. O que deveria ser um edital para abrir possibilidades, para abrir mais propostas que possibilitassem à Literatura Infantil ser a primeira exposição de arte a que a criança tivesse acesso, torna-se um edital que fecha possibilidades, que reduz a literatura a uma função didatizante, pragmática. A Educação Infantil deveria receber livros de qualidade, livros capazes de despertar, na criança, esse interesse em conhecer o mundo, conhecer-se, experimentar a vida. Em virtude disso, considero que nós estamos correndo muito risco com esse tipo de edital.

7-REPOD: Sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quais foram os principais impactos para a área da alfabetização?

Mônica: Posso falar mais sobre a BNCC da Educação Infantil. Eu sei que é uma posição polêmica, mas eu tenho uma avaliação muito positiva da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil, sobretudo neste contexto. Se ela não tivesse sido aprovada, se a Educação Infantil não tivesse uma Base, penso que seria ainda mais complicado do que está sendo agora, com mais possibilidades de uma visão pragmática e uma visão propedêutica de Educação

Infantil, que é muito o que esse governo quer, que a Educação Infantil assuma essa função de preparar as crianças para o Ensino Fundamental. Eu acho que os colegas que assumiram a elaboração do texto final da Base, na primeira e na segunda versões, buscaram nas Diretrizes os fundamentos. Acho também que foi resultado de muito trabalho de todas nós, que discutimos infância, a partir de uma concepção que empodera a criança. Por isso, a BNCC da Educação Infantil, como é um trabalho coletivo, não é um resultado individual ou de um pequeno grupo de pesquisadores iluminado, que faz tudo. A Base é fruto de um processo participativo desde o texto inicial até sua aprovação pelo Conselho Nacional de Educação, que teve uma participação importantíssima dos movimentos sociais. O nosso Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, o MIEIB, foi um dos mais ativos nas reuniões estaduais, nas audiências públicas. Em nome do MIEIB, estivemos, Rita Coelho e eu, no Conselho Nacional de Educação para esclarecer aspectos da Base que nós defendíamos como, por exemplo, a manutenção do nome de um dos Campos de Experiências, Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação para não virar linguagem oral e escrita. Para nós, não era uma mera mudança no léxico, mas resultaria em um impacto conceitual. Fizemos essa discussão e algumas outras. Construímos quase um manual para nossa militância: “Olha você vai ao encontro da Região Sul, nós vamos falar este ponto, este ponto, esse ponto”. E nós vencemos, ganhamos muitas coisas, perdemos menos do que ganhamos, na minha avaliação. Hoje, com esse novo paradigma desse governo que é bem diferente de tudo que a gente defendeu em relação à Educação Infantil e em relação à leitura e à escrita na Educação Infantil, avalio que é algo para nos resguardarmos. Por exemplo, quando tentamos na ABALF a impugnação dos editais, nós usamos a Base, porque a Base é lei. Dessa forma, eu avalio positivamente a Base, mas faço uma ressalva: neste contexto, ela pode ser e vem sendo usada, às vezes, de forma bem equivocada. Alguns profissionais vão lá nos objetivos de aprendizagem, esquecem os direitos e os campos experiência e ficam naquela lista. O primordial é trabalharmos com direitos de aprendizagem e com os campos de experiências. Essa é nossa função, função das universidades, das nossas disciplinas, dos nossos cursos de extensão: apresentar incoerência dos documentos, estudar concepção de criança. É uma forma de resistência, e nós temos de fazer isso.

8-REPOD: Você é representante da Região Sudeste da Associação Brasileira de Alfabetização. De que forma essa entidade tem atuado diante das atuais políticas que afetam as áreas da alfabetização no país? Faça, por favor, um balanço geral das políticas públicas dos últimos anos, considerando-se aspectos sobre a formação docente e a alfabetização. Quais caminhos vislumbra para essas áreas (alfabetização e formação de professores/as) no atual cenário? É possível construir alternativas para o cenário de analfabetismo no país?

Mônica: A ABALF é um dos lugares de resistência contra barbárie e de resistência civilizatória, como diz Maria Rita Kehl. Na ABALF, temos divergências, claro e ainda bem, pois assim caminhamos nesse contexto, no qual temos vivenciado espaços cada vez menos democráticos de discussão, de debates e de posicionamentos. A ABALF se constitui como um lugar que une pesquisadores e professores alfabetizadores em defesa do direito à alfabetização. A ABALF tem realizado importantes movimentos para tentar impedir o avanço dessas políticas atuais. A luta tem sido árdua, mas temos registrado todos os posicionamentos, pois acreditamos na perspectiva histórica. Só tivemos um movimento de redemocratização na década de 80, porque pessoas resistiram nas décadas de 60 e 70, ou seja, nós “estamos erguidos

nos ombros dos que nos antecederam” e nós somos os que antecedem os que virão. Nós temos uma grande responsabilidade, devemos escrever artigos, denunciar, mostrar dados, elaborar notas de resistência, buscar impugnar alguns processos. Isso é o que temos por fazer: formar as pessoas. A ABALF é um desses lugares de formação, acredito que toda professora alfabetizadora deveria se associar. Nós precisamos dessa força também para existir, assim como o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, que agrega os fóruns de Educação Infantil do Brasil. Precisamos reforçar esses movimentos. São espaços de luta pela democracia. E a democracia não está dada, consolidada. Ela requer de nós uma luta constante para que se efetive. Quando vocês perguntam “Qual caminho da alfabetização?”, acredito que é muito importante dar visibilidade às nossas pesquisas para mostrar que nós avançamos. É mentira dizer que estamos no mesmo lugar. Quando eu nasci, início dos anos 60, havia mais brasileiros com mais de 15 anos analfabetos do que alfabetizados. Em 2010, menos de 10% dessa população é analfabeta. Avançamos quantitativamente e também qualitativamente. Hoje temos uma outra relação com a alfabetização. Sabemos que não basta decodificar e codificar símbolos gráficos. A alfabetização requer compreender e fazer-se compreender por meio da escrita. Quando Paulo Freire afirmou que “a leitura do mundo precede à leitura das palavras e que a leitura dessas é para que possamos ler o mundo”, não podemos perder essa perspectiva. Ler e escrever não se resume a transformar grafemas em fonemas e vice-versa. Restringir esse conceito é também uma forma ideológica de combater uma expressão tão bonita. A alfabetização não é neutra, nos alfabetizamos e isso significa uma posição política. O ato de alfabetizar também é o ato político. Não podemos perder essas construções, que foram tão vigorosas e tão importantes. E para fortalecê-las, o que nós temos de fazer? Mostrar as nossas pesquisas, organizar nossos encontros, insistir que a Pedagogia não é algo que deve ser combatido. Para o atual governo, o problema somos nós, que segundo ele, não somos cientistas, não fazemos pesquisas científicas. Os cientistas são exclusivamente os fonoaudiólogos, os biólogos e os psicólogos da cognição. Para nós, pesquisar a prática é dar voz às professoras. Precisamos dar voz, porque elas constroem a alfabetização no dia a dia. E elas enfrentam essa visão tecnicista, que dizem que o que fazem é errado, porque elas não sabem aplicar corretamente uma técnica. Essas análises negam aquilo que eu vivi há três décadas e que ainda está tão presente nas escolas, que é a desigualdade presente na população brasileira que recai no dia a dia das escolas. Essas injustiças econômicas, sociais, culturais, que as escolas públicas têm de enfrentar no Brasil, e que vamos ter de enfrentar ainda mais na pós-pandemia. Aquela situação em que as crianças, nas décadas de 80 e 90, chegavam subnutridas às salas de aula da escola pública, problema que julgávamos superado, vai voltar. Por esses condicionantes políticos, econômicos, sociais e culturais, sabemos que a questão da alfabetização não é uma questão de método nem uma questão de competência técnica da professora. Em um país desigual como o nosso, onde crianças passam fome ou são violentadas ou não possuem condições mínimas de sobrevivência, o problema da alfabetização precisa ser equacionado como um problema político complexo. Reduzi-lo a uma questão de método é não apenas um equívoco conceitual, mas também uma posição política nefasta que, no final, diante seu inevitável fracasso, responsabilizará as professoras por não terem aprendido e aplicado corretamente a técnica e as próprias crianças por não terem sido capazes de aprender. Resistir a esses prognósticos repletos de mentiras e de meias verdades é um ato de resistência. E insisto: o que virá vai depender do que fizermos agora. E não podemos desistir, não temos esse direito.

Referências

BRASIL. *Decreto N^a 9.765, de 11 de abril de 2019*. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm. Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. *Portaria 421 de 23 de abril de 2020*. Institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal. Brasília: Ministério da Educação. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595>. Acesso em: 02 jun. 2021.

Brasil. Ministério da Educação. Portaria n^o 280, de 19 de fevereiro de 2020. *Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização no âmbito do Governo Federal*. Brasília: MEC, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. *Conta pra Mim: guia de literacia familiar*. - Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/conta-pra-mim-literacia.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. *Caderno da Política Nacional da Alfabetização*. - Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação de professores no pacto nacional pela alfabetização na idade certa*. Brasília: MEC/SEB, 2012.

CANDIDO, Antônio. *O Direito à Literatura e outros ensaios*. Coimbra, PT: Angelus Novus, 2004.

FREIRE, Paulo. *A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.